

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Eles vão construir o País para nós

Não podemos adivinhar qual será o destino do "Programa de Mudanças" que o presidente Sarney expôs ontem, resumidamente, à Nação, e cujo texto completo foi depois distribuído à imprensa. Precisaremos mais tempo para examiná-lo, em seus aspectos técnicos, econômicos e financeiros. Só depois disso poderemos entender, talvez, como é que o governo vai "construir um grande país" que não vai mais precisar trabalhar para comer — o governo fornecerá comida grátis — nem se preocupar com a inflação, que, desde ontem, ficará a cargo do mago Dílson Funaro.

O que podemos dizer, por enquanto, é que seu início não revela, nem de longe, a seriedade, a profundidade, a ponderação e a lucidez que seus propósitos declarados exigem.

A começar pelo próprio fato de não estar pronto na hora em que devia ser anunciado, exigindo adiamento da divulgação para mudanças de última hora. Um "Programa de Mudanças" que precisa ser mudado no momento mesmo de ser anunciado revela, no mínimo, que foi mais improvisado do que avisadamente preparado.

Mas o mais grave, e desacoroçoante, é que temos de repetir hoje, aqui, aquilo que cansamos de tentar transmitir à equipe e ao governo do presidente Figueiredo. Um governo, qualquer governo, principalmente num país como o Brasil, ainda subdesenvolvido e dependente em alto grau dos governos, pode ter o programa que quiser, as intenções que desejar, mas precisa fundamentá-las, para levar à prática, à consecução, quaisquer das suas intenções, de credibilidade, de confiabilidade em alto grau.

O "Programa de Mudanças" do presidente Sarney, na verdade, começou arrasando a credibilidade governamental. Começou com a velha, cediça, condenável e lastimável manipulação do índice de correção monetária sob pressão do espantinho de uma inflação mensal de quase 15%. Um casuísmo absurdo, arbitrário, que beira as raias do estelionato oficializado — denunciado, até mesmo, de maneira incisiva pelo diretor do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, Julian Chacel, que em nota inédita, por seu tom crítico, põe em dúvida publicamente a capacitação dos economistas da nova equipe —, um casuísmo que bate a carteira, literalmente, de milhões de depositantes do sistema de poupança, de milhões de cotistas do FGTS, de milhões de participantes do sistema PIS-Pasep, de milhões de detentores de títulos do governo. Na calada da noite, à sorrelfa, as autoridades passam um imenso calote nos cidadãos brasileiros, até mesmo no trabalhador humilde, cotista do FGTS ou do PIS, e transferem sem autorização de ninguém trilhões de cruzeiros dos bolsos do público para os cofres do governo. E estatizam o medidor de inflação, para melhor se servirem dele.

Na área fiscal, um "empréstimo compulsório" sem este nome é imposto às pessoas físicas que já recolheram tributos neste ano, sob forma de retenção arbitrária das devoluções devidas no ano que vem. E uma antecipação de recolhimentos também é imposta às pessoas jurídicas sob forma de semestralidade de declarações e recolhimento.

Como pode esperar e pedir credibilidade e confiabilidade um governo que inicia de maneira solerte e malandra o seu pretendido "Programa de Mudanças"? Como, aliás, falar em mudanças, se faz a mesma coisa que os governos anteriores e da mesma forma, só que em escala jamais ousada por qualquer Delfim Neto? Se não existem mudanças nos métodos, nos procedimentos, nas espertezas, no achincalhe à percepção e à inteligência do público, como contar com mudanças sérias?

Mas a credibilidade cai por terra mais uma vez quando vemos o principal mentor do "Programa de Mudanças", o ministro Dílson Funaro, entregando-se, no Congresso Nacional, mais uma vez, à demagogia mais desvairada e barata contra o FMI e os credores privados, como se estivesse obedecendo às ordens dadas por Fidel Castro aos seus prosélitos brasileiros. Isso depois de ter ido aos Estados Unidos, de pires na mão, entender-se com seu colega James Baker, para ver se trocava os créditos do FMI por créditos patrocinados pelo governo lanque. Sai do guichê do FMI e entra na fila do Tesouro americano, mas arrota soberania. Tudo isso depois de uma conversa de quatro horas com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, que, segundo o próprio Funaro, considerou o pacote que lhe foi descrito como positivo e corajoso. Pudera, pois se o pacote faz exatamente aquilo que o FMI recomendava, ou seja, aumenta direta e indiretamente as receitas do governo para reduzir seu déficit! Mas, embora tenha feito o pacote que o FMI recomendava e o diretor do organismo considera positivo, lá está nossa principal autoridade econômica, diante de deputados e senadores mais ou menos desinformados, a dizer que recusou as interferências do FMI e este não voltará a pôr os pés no Brasil. Pode haver aí até alguma dose de humor negro — o FMI não porá mais os pés no Brasil porque não precisará: suas sugestões estão todas no pacote.

Esse rapapé ao nosso nacionalismo beócio era, porém, necessário para encobrir o principal: o assalto ao bolso do povo. Outro rapapé também conveniente era a parte "social" do pacote. Eis aí a velha, surrada e desmoralizada cantilena do assistencialismo governamental a justificar seus assaltos e esbanjamentos. O dinheiro do Finsocial e de todos os programas assistenciais de governos anteriores está sendo gasto com a burocracia criada por esses próprios programas. De modo que o presidente Sarney precisava ter o seu programa, o seu orçamento. Nada menos que Cr\$ 13 trilhões é a verba para distribuir comida de graça. Nem os pobres levam esse tipo de assistencialismo a sério. Prefeririam, certamente, que o governo os ensinasse a pescar a receber dele o peixe. Mas não. A pequena parcela daqueles recursos — Cr\$ 76 trilhões ao todo para o programa social — que realmente chegar aos pobres, depois de escapar dos bolsos vorazes dos intermediários, burocratas e fornecedores do governo, será consumida e servirá para despertar o ressentimento daqueles que ainda vão ficar sem esse tipo de "assistência". Sim, porque o "Programa de Mudanças" — apesar das cifras — é modesto em seus objetivos, ainda que se tenha proposto a acabar com a miséria absoluta no País no prazo de quatro anos!!!

Decididamente, o que temos diante de nós é algo pior do que o casuísmo oportunista com que operava o ex-ministro Delfim. Ele agia pragmaticamente porque é inteligente demais para acreditar em teorias econômicas. Simplesmente era um servidor do poder, qualquer poder. O que vemos aí, ainda que tenha começado com o casuísmo mais deslavado e superior a todos os que tivemos, é o fruto de uma convicção — a convicção de que o governo pode fazer o bem de todos e a felicidade geral da Nação, desde que controle, comande e utilize todos os recursos disponíveis em função dos planos

escritos no papel e das suas volições políticas. A convicção estruturalista.

Podemos parar de trabalhar. Eles vão construir o País para nós.

Quem foi que disse que não há almoço de graça?

Os cínicos chamam isso de grande jogada política

Alguns espíritos mais delicados poderão achar — e nós mesmos muitas vezes pensamos também assim — que é gastar muita vela para tão pouco defunto repisar, com insistência, as críticas que têm sido feitas a este Congresso Nacional, por seu evidente e confessado despreparo para tratar das questões nacionais e pelo evidente oportunismo — pessoal e eleitoral — que os parlamentares — repetimos, em sua imensa maioria, com raras exceções — revelam em todas as suas ações.

Não é sem muito pesar que nos sentimos forçados a voltar a este assunto. Acreditamos que, ao mostrar os desvios de comportamento que cometem os senhores deputados e senadores, estamos colaborando para alertar a opinião pública para o tipo de pessoas que ela escolheu para representá-la e também contribuindo para a preservação da instituição parlamentar, que é um dos pilares de sustentação de qualquer regime democrático. Ao contrário do que acreditam nossos ilustres deputados e senadores, não são as críticas que denigrem a imagem do Parlamento, mas o que eles deputados e senadores fazem ou deixam de fazer. Se há alguma ameaça à democracia ela vem exatamente desses parlamentares que não cumprem suas obrigações de representantes da população e guardiães dos princípios democráticos.

Mais uma vez, quando o governo prepara outro assalto ao bolso do cidadão e fere em profundidade o regime de livre iniciativa no Brasil (veja nota ao lado), eles se deixam engambelar pela conversa, pelas promessas e até mesmo pela oferta de favores do Executivo e irão ajudar a aprovar, a toque de caixa, um elenco de medidas que não trará a longo prazo nenhum benefício para a nação brasileira. Os beneficiados serão apenas o Estado e todos aqueles que se locupletam com a coisa pública. Aprovar sem discutir ou sem saber o que significa a medida proposta tem sido uma tônica desse Congresso Nacional, um dos mais despreparados de nossa história. Talvez seja realmente querer demais de deputados e senadores que passam a vida preocupados com pequenas questões paroquiais, como uma eleição aqui, um carguinho ali, um jeton a mais acolá, que eles se mostrem capazes de entender o que significa para a economia brasileira a troca do índice que define o valor da correção monetária a cada mês.

O senador Carlos Chiarelli, por exemplo, que se auto-apresenta publicamente como um dos mais preparados parlamentares em assuntos da área social, batizou esse pacote de "Robin Hood", numa alusão ao herói da literatura inglesa que fazia justiça tomando dos ricos para dar aos pobres. Sem entrar no mérito do maniqueísmo que envolve esta idéia, não entendemos como alguém pode considerar justa, do ponto de vista social, uma medida que provocará, imediatamente, um corte nas poupanças de milhares de brasileiros, depositadas voluntariamente nas cadernetas de poupança (e este é o investimento do pequeno por excelência) e compulsoriamente no Fundo de Garantia e no PIS-Pasep, dois fundos que administram bens dos trabalhadores. Se um dos líderes da Aliança Democrática, e tido como um especialista por seus pares, pensa assim, o que acontecerá com o restante dos parlamentares?

E foi exatamente confiando nessa ignorância que o governo se baseou para, numa manhã de conversa dos ministros Dílson Funaro e João Sayad com deputados e senadores, convencer esses senhores de que o pacote que aí está irá acabar com a pobreza no Brasil até o ano de 1989, como quer o sr. Sayad. O governo parece haver descoberto que nada melhor para enganar os "trouxas" do que falar em prioridades sociais, eliminação da pobreza etc. e tal. Nossos ilustres parlamentares ficam completamente basbaques e fascinados. As autoridades econômicas procuraram dourar a pílula com algumas pérolas do distributivismo e do assistencialismo, programas sociais que irão distribuir alguns alimentos a setores da população. Aos olhos dos políticos isso é fascinante, pois eles poderão controlar a administração desses programas em suas regiões e cabalar os votos dos pobres beneficiados, que estarão recebendo uma esmola e não uma oportunidade para abandonar suas miseráveis condições de vida.

Um programa sério de erradicação da pobreza no Brasil passa, isto sim, por investimentos maciços no setor educacional e, ao mesmo tempo, pela liberação do setor produtivo da economia — ou seja, o setor privado —, para que ele possa criar os empregos que darão aos brasileiros o dinheiro suficiente a fim de que eles possam suprir as suas próprias necessidades. O resto é caridade com o dinheiro público, uma caridade que mais beneficia quem a faz do que quem a recebe. O cidadão brasileiro não precisa da caridade oficial. Ele precisa de empregos e quer ser tratado com dignidade, sem a humilhação de ter de trocar cesta de alimentos por votos.

Os senhores deputados e senadores que são tão solícitos quando se trata de fazer justiça social (???) com o dinheiro tomado à força dos cidadãos e das empresas não mostram o mesmo entusiasmo quando se trata de dar a sua própria contribuição para o bolo que o governo pretende distribuir. A mais estranha e vergonhosa ausência neste pacote fiscal do governo é exatamente uma medida que elimine os privilégios que os militares, os juízes e, como não podia deixar de ser, os parlamentares, têm no pagamento do Imposto de Renda. Todo e qualquer mortal neste país paga o Imposto de Renda de acordo com o que ele ganha, somente com os descontos e os benefícios que valem para todos. Menos essas três categorias. Parlamentares, juízes e militares só descontam Imposto de Renda sobre a parte fixa de seus rendimentos, que é sempre menor. No caso dos parlamentares, de cerca de Cr\$ 30 milhões que eles recebem por mês entre vencimentos e vantagens, menos de quatro milhões são efetivamente taxados.

Mas sobre isso se fez um silêncio cúmplice. O governo, que diz que está fazendo a justiça fiscal, taticamente se esqueceu de incluir os deputados e senadores (e militares e juízes também) nessa "justiça". Assim, ele deixou de correr o risco de ver o seu projeto rejeitado por contrariar a esta casta. Esperar que os deputados e senadores venham a reparar esse esquecimento é uma santa ingenuidade.

Como bem lembrou o colunista Carlos Castelo Branco, "o fato é que os parlamentares, que legislam, os militares, que dispuseram longamente do poder e continuam a dispor das armas, e os juízes, que interpretam as leis e as aplicam, formam uma barreira intransponível que haverá tempos afora de assegurar esse privilégio".

O governo não incluiu esta questão no pacote porque precisa da conivência (e da legitimação) para o assalto que está praticando. A isso os cínicos chamam de grande jogada política.